

ATA DO CEDIND-RJ (01/06/2022)

Ata de reunião da mesa de negociação e conciliação criada pelo CEDIND-RJ (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) realizada no dia 1 de junho de 2022 no auditório da sede do Parque Estadual Cunhambebe, em Mangaratiba, para tratar da “Retomada Cunhambebe Pindorama” formada por indígenas de 26 etnias que desde 12 de maio de 2022 encontram-se acampados em terreno ao lado da sede do Parque.

Às treze horas do dia primeiro de maio de ano de 2022, foi aberta a reunião da mesa de negociação e conciliação criada pelo CEDIND-RJ (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) realizada no dia 1 de junho de 2022 no auditório da sede do Parque Estadual Cunhambebe, em Mangaratiba, com a presença de algumas lideranças da UNI (União nacional Indígena), do Defensor Público do Estado, João Helvecio de Carvalho e dos conselheiros do CEDIND-RJ (Izabel Missagia – UFRRJ, Luiz Pellon – UNIRIO, Sérgio Ricardo Potiguara – Rede GRUMIN, Toni Lotar – AIAM e Reinaldo Cunha – AULA) e representantes do Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente (BPFMA).

Os órgãos convidados (FUNAI, DPU-RJ e INEA) justificaram a ausência. A Prefeitura de Mangaratiba que também foi convidada não justificou o motivo de sua ausência.

Na abertura da reunião foi informado pelos membros do CEDIND-RJ que em Assembleia Ordinária na última quinta-feira, 26/05/2022, o CEDIND-RJ avaliou a situação atual do Parque Estadual Cunhambebe e por unanimidade de seus membros com direito a voto, *“aprovou a iniciativa de mediar o conflito e convidar todas as partes acima descritas a participar de uma mesa de negociação e conciliação, com vistas a construção coletiva de um acordo que atenda a todos, inclusive aos indígenas, aos moradores do município e aos entes públicos municipais, estaduais e municipais afetos a questão.”*

Após uma breve apresentação de todos/as os presentes, fez uso da palavra o Dr. João Helvecio de Carvalho da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ), que resumiu as atividades do órgão em defesa da população e de segmentos vulneráveis; em seguida fez a leitura de trechos da Ação de Reintegração de Posse ajuizada pela Prefeitura local junto à Vara Única da Comarca de Mangaratiba contra o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e dos “ocupantes indígenas de qualificação incerta” que em síntese requer a posse de uma área de 3.667,23 metros supostamente de propriedade do Município onde atualmente está situada a sede do PE Cunhambebe sobre o qual existiria um Termo de Cessão de Uso firmado com o INEA, sob a alegação de que “o Réu (INEA)” não estaria “zelando pela manutenção e a devida guarda do bem objeto do Termo de Uso...”. O texto da petição datada de 25/05/2022 cita ainda que: *“as intenções do Município Autor em se reintegrar na posse imóvel objeto deste procedimento judicial, é para garantir seu direito, já que está patente o esbulho praticado pelos índios e ausência de manifestações ou ações para garantir a manutenção do imóvel.”*

Foi debatido pelos presentes que, em reunião anterior com participação de vários órgãos públicos e as lideranças da UNI (em 13/05/2022) foi informado que o local onde estão acampados os indígenas da Retomada Cunhambebe (Trilha Curumim), localizada ao lado do Parque (portanto, fora dos limites do Parque), seria de propriedade do município e/ou talvez de um grupo imobiliário.

O Defensor Público relatou que o processo judicial proposto pelo Município ainda não tinha sido analisado pelo Juízo, mas que a DPE-RJ está acompanhando atentamente a situação e que seu papel era mitigar qualquer violação dos direitos humanos.

Logo em seguida, foi dada a palavra aos indígenas ocupantes, que reiteraram que a Constituição Federal do Brasil, lhes garante a permanência no território que é reconhecidamente um ancestral território indígena onde inclusive viveu o guerreiro Cunhambebe (Cunham bebé), principal líder da Confederação dos Tamoios (1554 - 1567) que é considerado o primeiro movimento social e político da História do Brasil.

Os conselheiros do CEDIND-RJ manifestaram solidariedade à presença indígena no local e se manifestaram claramente contrários a qualquer ação de segurança pública no local que venha a violar os direitos humanos e provocar ações violentas no local em caso de uma decisão judicial.

Em seguida foi dada a palavra a Franci Baniwa e a Turimatã (dirigente da UNI) para apresentar o “Plano de Gestão Territorial e Ambiental - Terra Indígena Cunhambebe”, documento elaborado pela UNI que havia sido demandado em reuniões anteriores pelos representantes do INEA, FUNAI e da Prefeitura de Mangaratiba. Então foi informado que o trabalho apresentado é fruto de uma construção coletiva dos membros da Retomada que contou com a participação de diversas etnias, e que as propostas que constam do Plano partem da experiência já adotada em outras aldeias e territórios indígenas, e que estava aberto para sugestões e aprimoramento. Em síntese, o “Plano de Gestão Territorial e Ambiental” propõe a adoção de um processo de Cogestão deste território para enfrentar - por meio da cooperação dos indígenas com os órgãos públicos - os problemas e impactos ambientais que tem afetado o ecossistema local (poluição por esgotos, caça predatória, loteamentos irregulares etc), que, de acordo com o Plano, serão mitigados com a participação colaborativa dos indígenas e do INEA, órgão gestor do parque. Segundo Franci: “Nossa ética indígena, consiste em manter o profundo equilíbrio entre necessidades humanas e respeito a natureza”. Após a apresentação do Plano, foi aberta a palavra para os esclarecimentos e contribuições.

Como encaminhamentos da reunião, foram aprovadas as seguintes ações que contaram com o de acordo das lideranças da UNI através da palavra do Cacique Burain, a saber:

- 1- Acompanhamento do processo judicial por parte da DPE-RJ;
- 2- Realização, nos próximos dias (em data a ser marcada após a Semana Mundial do Meio Ambiente) de um encontro para Apresentação do Plano de Cogestão Territorial e Ambiental por parte das lideranças da União Nacional Indígena (UNI) aos órgãos públicos (INEA, FUNAI, Prefeitura, BPFMA);
- 3- Realização de um encontro com as universidades públicas federais e estaduais e Fiocruz para troca de experiências e apoio ao desenvolvimento deste Plano que propõe vários sub programas voltados a soluções sustentáveis na área da Agroecologia, segurança alimentar, saúde indígena, educação e cultura (criação de Escola Indígena), entre outras ações, programas e projetos específicos.

Todos os presentes avaliaram que é fundamental buscar ampliar a rede de solidariedade à Retomada Cunhambebe Pindorama, num reconhecimento da sua legitimidade e da viabilidade de se encontrar uma solução pacífica, amigável, conciliatória e pactuada entre as partes para que o município de Mangaratiba possa abrigar a Terra Indígena em seu território, por ex. numa área adequada na Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação da Natureza da região; além da necessidade de se promover articulações junto à sociedade como uma medida de enfrentamento do racismo e para promoção de um maior diálogo dos indígenas com a comunidade local.

Não havendo mais quem quisesse fazer o uso da palavra, a reunião foi encerrada as 17:00h, sendo reiterado o compromisso de todas as partes presentes em continuar buscando uma solução pactuada e pacífica através do diálogo e da escuta mútua.

Ata revisada pelos conselheiros do CEDIND-RJ: Reinaldo Cunha; Toni Lotar; Sérgio Ricardo Potiguara.

Mangaratiba, 1 de junho de 2022.
